



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

000188

CONTRATO N.º 32/2020

Contrato de fornecimento, que entre si celebram, de um lado, a Prefeitura Municipal de Riachuelo, e, do outro, a empresa Gama Distribuidora de Alimentos, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 001/2020.

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO - SERGIPE, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE, representada neste ato pela Senhora prefeita municipal CÂNDIDA EMÍLIA SANDES VIEIRA LEITE, doravante, denominada CONTRATANTE e do outro lado, a empresa GAMA DISTRIBUIDORA LOGISTICA DE ALIMENTOS - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.389.294/0001-83, com sede na Rua Manoel Dantas, 435, Bairro José Conrado de Araújo, Aracaju/SE, neste ato representado por EVERALDO SILVA GAMA, Sócio Administrador, brasileiro, portador do RG n.º 873597 SSP/SE, CPF n.º 493.747.375-15, doravante denominada CONTRATADA, , têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Fornecimento de itens de Alimentação, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei n.º 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA FORMAÇÃO DO "KIT ALIMENTAÇÃO DO ALUNO", MATRICULADO DEVIDO A SUSPENSÃO DAS AULAS, ENDO EM VISTA O ENFRANTAMENTO AO COVID 19, de acordo com as especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico n.º 001/2020 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei n.º. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

Item	Descrição	Und	Qtd	RS Unt	Total				
01	"Kit Alimentação do Aluno"	Und							
	Açúcar Cristal - <i>Agrovale</i>	1kg							
	Arroz Parboilizado - <i>Vila Nova</i>	1kg							
	Feijão Carioca - <i>Do Povo</i>	1kg							
	Flocos de Milho - <i>Maratá</i>	500g							
	Leite em Pó Integral - <i>CCGL</i>	200g	Kit	4.131	R4 31,90	R\$ 131.778,90			
	Macarrão Espaguete - <i>Tupy</i>	500g							
	Molho de Tomate - <i>Maratá</i>	340g							
	Peito de Frango - <i>Gofran</i>	1kg							
	Pão de Cachorro Quente - <i>Real</i>	10und							
	Broa de Milho - <i>Real</i>	50g							
02	"Kit Alimentação do Aluno"	Und							
	Açúcar Cristal - <i>Agrovale</i>	1kg							
	Arroz Parboilizado - <i>Vila Nova</i>	1kg							
	Feijão Carioca - <i>Do Povo</i>	1kg							
	Flocos de Milho - <i>Maratá</i>	500g							
	Leite em Pó Integral - <i>CCGL</i>	200g	Kit	1.377	R\$ 31,90	R\$ 43.926,30			
	Macarrão Espaguete - <i>Tupy</i>	500g							
	Molho de Tomate - <i>Maratá</i>	340g							
	Peito de Frango - <i>Gofran</i>	1kg							
	Pão de Cachorro Quente - <i>Real</i>	10und							
	Broa de Milho - <i>Real</i>	50g							



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O fornecimento será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

Os itens serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total de **R\$ 175.705,20 (cento e setenta e cinco mil setecentos e cinco reais e vinte centavos)**.

§1º - O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, Documento de Arrecadação Municipal – DAM pago, referente a Taxa de Administração de Contratos de 1,5% (um e meio por cento), sobre o valor total da fatura a ser paga, conforme Lei Municipal nº 45/2019, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto as Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da licitante vencedora e Certidões Negativas de Débitos junto as Tribunal Superior do Trabalho – CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - **Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.**

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento dos itens será realizado até **31 (trinta e um) de dezembro de 2020**, após assinatura do respectivo contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

A Autoridade Competente expedirá Ordem de Fornecimento e encaminhará a **CONTRATADA**.

Recebidas as Ordens, a **CONTRATADA** entregará os produtos dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acompanhados dos seguintes documentos:

- Ordem de fornecimento;
- Nota fiscal;
- Comprovante de regularidade junto às fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Comprovante de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A entrega se dará no Almojarifado da Secretaria de Educação, conforme Ordem de Fornecimento.

O recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art.73, II, *a e b*, da Lei Federal nº 8.666/93.

O Responsável pelo recebimento atestará o recebimento provisório dos itens através de aposição de carimbo na Nota Fiscal;

Depois de atestada(s), a(s) Nota(s) Fiscal(is) mas mesmas serão encaminhadas à Secretária de Educação que logo após encaminhara a Secretaria de Finanças juntamente com os documentos que a(s) acompanham para liquidação e pagamento.

No caso de produto reprovado no momento do recebimento, o fornecedor substituirá o produto em até 48 (Quarenta e Oito) horas.

Na data de entrega, os produtos não poderão estar com mais de 20% (vinte por cento) do seu prazo de validade decorrido, o prazo será verificado por ocasião da entrega, e deverá estar de acordo com o estabelecido no Edital e



000190

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
 - Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
 - Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
 - Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:
- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
 - Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
 - Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
 - Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I -advertência;

II -multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III-multas de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV-suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V -declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Eletrônico nº 001/2020 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II -nas demais determinações da Lei 8.666/93;



seus Anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2020, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

UO – 2114 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1007.2027 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – Ensino Fundamental

DOTAÇÃO: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

FR: 1001 – Recursos Ordinários

FR: 1122 – Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1007.2073 – Alimentação Escolar – EJA

DOTAÇÃO: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

FR: 1001 – Recursos Ordinários

FR: 1122 – Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1007.2074 – Alimentação Escolar – CRECHE

DOTAÇÃO: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

FR: 1001 – Recursos Ordinários

FR: 1122 – Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1007.2075 – Alimentação Escolar – ENSINO ESPECIAL

DOTAÇÃO: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

FR: 1001 – Recursos Ordinários

FR: 1122 – Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.1007.2077 – Alimentação Escolar – PRÉ-ESCOLA

DOTAÇÃO: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

FR: 1001 – Recursos Ordinários

FR: 1122 – Transferências de Recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei n.º 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;



000192

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

III-nos preceitos do Direito Público;

IV- supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, ficam designadas as Nutricionista dos Município, Priscila dos Santos Ramos, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato. §1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada. §2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Riachuelo (SE) - 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO
CONTRATANTE

GAMA DISTRIBUIDORA LOGISTICA DE ALIMENTOS - EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - Evangelina dos Santos CPF: 591081465-15

II - Gláucia Angelica Vieira Santos CPF: 810386405-63